

RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.665 - SP (2018/0332015-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : MÔNICA FERNANDES DO CARMO - SP115832
ELIAS CORRÊA DA SILVA JUNIOR E OUTRO(S) - SP296739
RECORRIDO : CARLOS SEVERINO DE SOUZA
ADVOGADO : DEBORA VIEIRA LUSTOSA - SP344194

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 240, e-STJ):

"AÇÃO DECLARATÓRIA C.C. INDENIZATÓRIA - REVELIA - A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada - Reconhecido que as questões não debatidas no juízo de primeiro grau não podem ser apreciadas pelo Tribunal em grau de recurso, por obediência ao princípio do duplo grau de jurisdição - Impossibilidade de apreciação, em sede de apelo, de matéria que deveria ter sido impugnada em sede de contestação - Empresa ré que, citada, não apresentou contestação, sendo decretada sua revelia - Presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor - Inexistência de qualquer elemento capaz de afastar a referida presunção de veracidade - Documentos acostados aos autos, ademais, suficientes para demonstrar o direito em que se funda a pretensão do autor - Apelo improvido."

NEGATIVAÇÃO - MANUTENÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

I-Reconhecida a ilegalidade da manutenção do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito após a quitação dos débitos - Falha na prestação de serviços - Responsabilidade objetiva da ré - Dano moral caracterizado - Ainda que não haja prova do prejuízo, o dano moral puro é presumível - Indenização devida

II-Honorários advocatícios bem fixados em 10% sobre o valor da causa, levando-se em consideração o trabalho desenvolvido nos autos, pois o valor da condenação é muito baixo - Sentença mantida

III- Sentença proferida e publicada quando já em vigor o NCPC - Ante o trabalho adicional realizado em grau de recurso, fixa-se os honorários advocatícios recursais devidos pela ré aos patronos do autor, nos termos do art. 85, §11, do NCPC, em R\$300,00 - Apelo

improvido."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 267/269, e-STJ).

Em suas razões, o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 85, § 2º do Código de Processo Civil.

Sustenta, em síntese, que o percentual de 10% (dez por cento) deve incidir sobre o valor da condenação, e não sobre o valor da causa.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 275/280, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 281/282, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que "relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Não merece acolhida o pedido de modificação da base de cálculo dos honorários advocatícios.

Com efeito, é consabido que, em regra, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, o percentual de dez a vinte por cento deve incidir sobre o valor da condenação ou sobre o proveito econômico obtido na demanda. Apenas nos casos em que não for possível a mensuração desses valores é que a base de cálculo a ser utilizada será o valor atualizado da causa.

Excepcionalmente, entretanto, nas hipóteses em que valor dos honorários for irrisório ou exorbitante, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o juiz fica autorizado a adotar como base de cálculo o valor da condenação ou o valor da causa ou, ainda, arbitrar um valor fixo.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXO. EMBARGOS ACOLHIDOS.

1. Quando o valor dos honorários for irrisório ou exorbitante, "não se aplicam os limites máximo e mínimo previstos no § 3º do art. 20 do

Código de Processo Civil, tampouco há obrigatoriedade de que a imposição da verba honorária incida sobre o valor da condenação. Com efeito, pode-se adotar como base de cálculo ou o valor da condenação ou o valor da causa, ou ainda pode-se arbitrar valor fixo" (AgRg nos EREsp n. 1.010.149/SP).

2. Embargos de declaração acolhidos.

(EDcl no AgRg no REsp 1543500/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/6/2016, DJe 16/6/2016)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONDENAÇÃO IMPOSTA À FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO POR ARBITRAMENTO. POSSIBILIDADE. IRRISORIEDADE OU EXCESSIVIDADE. ALTERAÇÃO. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Corte Especial pacificou o entendimento segundo o qual "não se aplicam os limites máximo e mínimo previstos no § 3.º do art. 20 do Código de Processo Civil, tampouco há obrigatoriedade de que a imposição da verba honorária incida sobre o valor da condenação. Com efeito, pode-se adotar como base de cálculo ou o valor da condenação ou o valor da causa, ou ainda pode-se arbitrar valor fixo" (AgRg nos EREsp 1.010.149/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 7/6/11).

2. "Conforme orientação pacífica no STJ, excepcionalmente se admite o exame de questão afeta à verba honorária para adequar, em Recurso Especial, a quantia ajustada na instância ordinária ao critério de equidade estipulado na lei, quando o valor indicado for exorbitante ou irrisório" (AgRg nos EDcl no REsp 1.267.162/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 24/8/12).

3. "Para o conhecimento dos embargos de divergência, cumpre ao recorrente demonstrar que os arestos confrontados partiram de similar contexto fático para atribuir soluções jurídicas dissonantes" (AgRg nos EAREsp 260.190/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Corte Especial, DJe 19/8/13).

4. Hipótese em que a similitude fática entre o acórdão paradigma e o acórdão embargado não ficou evidenciada, uma vez que a Segunda Turma, na espécie, firmou a compreensão no sentido de que inexisteriam nos autos elementos suficientes para que se pudesse,

excepcionalmente, ultrapassar a regra prevista na Súmula 7/STJ, haja vista que não houve qualquer manifestação do Tribunal de origem sobre os dados fáticos da causa, inviabilizando a pretensão deduzida no recurso especial de majorar a verba sucumbencial.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EAREsp 154.353/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/9/2013, DJe 23/9/2013)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO § 2º DO ART. 85 DO CPC.

1. Segundo o art. 85, §2º, do CPC, quando o julgamento não enseja condenação, os honorários, em regra, devem ser fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor da causa, salvo as hipóteses legais de fixação por equidade previstas no §8º do mesmo artigo.

2. Hipótese em que a fixação dos honorários em percentual sobre o valor da causa não resulta em quantia desarazoadada, teratológica, ensejadora de enriquecimento sem causa, de modo a ensejar o arbitramento por equidade previsto no §8º do art. 85, do CPC.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1323895/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 6/11/2018, DJe 14/11/2018)

No caso dos autos, o Tribunal de Justiça, confirmando a sentença de primeiro grau, reputou ínfimo o valor dos honorários advocatícios se fosse adotado, como base de cálculo, o valor da condenação (dez por cento de três mil reais, o que corresponde a trezentos reais). Utilizou-se, como referência, em substituição, o valor da causa, que é de R\$44.533,42 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos).

Transcrevo, a seguir, trecho do acórdão recorrido (fls. 245/246, e-STJ):

Com relação ao valor dos honorários advocatícios, também sem razão a apelante.

Isto porque, como no caso o valor da condenação é muito baixo

(R\$3000,00), correta a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa, levando-se em consideração o trabalho desenvolvido nos autos, revelando o zelo e a dedicação do profissional.

De rigor, portanto, a manutenção do decisum a quo.

Verifica-se, portanto, que o entendimento do Tribunal de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, o que atrai a incidência da Súmula 83/STJ, aplicável aos recursos interpostos com base em ambas as alíneas (art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal). (AgInt no AREsp 720.037/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 11/5/2016).

Além disso, “a revisão dos critérios de equidade utilizados pelas instâncias de origem para a fixação dos honorários advocatícios é vedada no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), salvo na hipótese de valores irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica no caso presente” (AgInt no AREsp 1133717/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 2/5/2018).

Ademais, a incidência da Súmula 7/STJ sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea “c” do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, ante a inexistência de similitude fática.

Outro não é o entendimento desta Corte, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

